

FRENTE · 1 / 12

1

Sociedade de ordens — o que a define

FRENTE · 2 / 12

2

Direito divino dos reis

FRENTE · 3 / 12

3

Absolutismo — três instrumentos na prática

FRENTE · 4 / 12

4

Luís XIV — o que fez com a nobreza

VERSO

1

Hierarquia por nascimento e estatuto jurídico, não por riqueza: clero, nobreza e terceiro estado. Quem nasce nobre morre nobre — a ordem não é uma classe social.

VERSO

2

Doutrina (Bossuet) segundo a qual o poder do rei vem de Deus e só a Deus responde; dela decorre a inviolabilidade da pessoa do monarca.

VERSO

3

Exército permanente, burocracia de funcionários régios e corte (Versalhes) para controlar a nobreza; na economia, a política é o mercantilismo.

VERSO

4

Levou-a para a corte de Versalhes, onde a tornou dependente de mercês e de prestígio; governou sem primeiro-ministro.

FRENTE · 5 / 12

5

1649 — execução de Carlos I

FRENTE · 6 / 12

6

1688-89 — Revolução Gloriosa

FRENTE · 7 / 12

7

Locke — direitos naturais e contrato

FRENTE · 8 / 12

8

Mercantilismo — definição e meios

VERSO

5

Depois da guerra civil, o Parlamento inglês venceu e executou o rei: a prova de que o poder régio tinha contrapoderes institucionais.

VERSO

6

Deposição de Jaime II e entronização de Guilherme de Orange; a Declaração de Direitos de 1689 impede o rei de legislar ou cobrar impostos sem o Parlamento.

VERSO

7

Os homens têm direitos naturais (vida, liberdade, propriedade); o governo é um contrato para os garantir e, se os viola, existe direito de resistência.

VERSO

8

Política de acumular metais preciosos e manter a balança comercial favorável, recorrendo ao exclusivo colonial e às companhias de comércio.

FRENTE · 9 / 12

9

Exclusivo colonial em Portugal — um exemplo

FRENTE · 10 / 12

10

Tratado de Methuen (1703) — a troca

FRENTE · 11 / 12

11

Iluminismo — ideia central e dois autores

FRENTE · 12 / 12

12

Despotismo esclarecido — definição e caso português

VERSO

9

Reserva do comércio colonial à metrópole; em 1755 a Companhia do Grão-Pará e Maranhão recebe o monopólio em troca de mercadorias e de mão de obra escravizada.

VERSO

10

Vinhos portugueses com vantagem em Inglaterra e panos ingleses admitidos em Portugal: vantagem imediata para os vinhos, prejuízo para a manufatura têxtil nacional.

VERSO

11

A razão como tribunal de todas as instituições; Montesquieu defende a separação de poderes (1748) e Rousseau a soberania popular (1762).

VERSO

12

Reformas inspiradas no Iluminismo sem abrir mão do absolutismo; em Portugal, o governo de Pombal entre 1750 e 1777.